



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol. 19, Número 1, jan-jun, 2026, pág. 100-114

A formação de pedagogos da Faculdade de Educação, Ciência e Letras de Iguatu na perspectiva da educação especial inclusiva

The training of pedagogues at the faculty of education, science and letters of Iguatu from the perspective of inclusive special education

Sara Dayane Dias de Oliveira¹

Maria Taylanne Henrique Alves²

José Douglas de Abreu Araújo³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo refletir de que forma o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, da Universidade Estadual do Ceará, tem promovido a formação de pedagogos para o atendimento ao público da Educação Especial. A partir da pesquisa qualitativa e da análise documental do Projeto Político Pedagógico do Curso, verificou-se que, embora exista uma disciplina obrigatória voltada ao tema e outras optativas de aprofundamento profissional, a carga horária da disciplina obrigatória é limitada, e a expansão do conteúdo por meio das optativas fragiliza a formação, uma vez que a sua natureza opcional não garante que todos os alunos as cursarão. Concluiu-se que é necessário ampliar o espaço formativo dedicado à educação especial inclusiva, investir na qualificação dos docentes e fortalecer as parcerias com escolas e comunidade acadêmica, de modo a potencializar a formação inicial dos futuros pedagogos.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Formação de professores.

ABSTRACT

This study aims to investigate how the Pedagogy program at the Faculty of Education, Science, and Letters of Iguatu, at the State University of Ceará, has promoted the training of pedagogues to serve the population of Special Education. Based on qualitative research and documentary analysis of the Course's Pedagogical Political Project, it was found that, although there is a mandatory course focused on the topic and other elective courses for professional specialization, the workload of the mandatory course is limited, and expanding the content through electives weakens the training, since their optional nature does not guarantee that all students will take them. It is concluded that it is necessary to expand the training space dedicated to inclusive special

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

³ Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); pedagogo (UNINTER); filósofo (FAFIC) e assistente social (IFCE-Iguatu); Professor substituto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6564-4793>



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

education, invest in the qualification of teachers, and strengthen partnerships with schools and the academic community, in order to enhance the initial training of future pedagogues.

Keywords: Special Education; Inclusion; Teacher Education.

INTRODUÇÃO

A crescente matrícula de estudantes com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação nas escolas comuns do estado do Ceará que, segundo o Censo 2024, contabiliza 123.367 matrículas na Educação Especial no ensino básico (Brasil, 2024), demonstra a necessidade de adequação dos cursos de formação de professores para garantir a inclusão desse público. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), por meio de seu curso de Pedagogia, desempenha um papel fundamental na construção de práticas educativas, respondendo às exigências legais, sociais e pedagógicas da Educação Especial Inclusiva.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade da FECLI/UECE possui uma trajetória marcada por lutas, resistências e reestruturações que refletem a própria história da educação superior no Centro-Sul do Ceará. Criado em 1979, em resposta à demanda regional por formação universitária, o curso consolidou-se como espaço na formação de professores e gestores escolares ao longo de mais de quatro décadas. Destaca-se, ainda, por sua contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica, para a consolidação de práticas pedagógicas críticas e inclusivas e para a democratização do acesso ao ensino superior no interior do estado (UECE, 2020).

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da FECLI/UECE é um documento norteador da formação docente, definindo conteúdos, práticas e visão pedagógica que orientarão o futuro educador (UECE, 2020). A análise desse projeto sob a perspectiva da educação especial inclusiva é necessária, pois permite verificar em que medida a formação inicial contempla os princípios, diretrizes e exigências legais que fundamentam a inclusão. A legislação brasileira, através do Art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e da Resolução CNE/CP nº 4, de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Escolar Básica (Brasil, 2024), reforça a importância de inserir nos currículos de educação superior conteúdos relacionados à Educação Especial.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo refletir de que forma o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, da Universidade Estadual do Ceará, tem promovido a formação de pedagogos para o atendimento ao público da Educação Especial.

METODOLOGIA

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI/UECE) foi elaborado em 2019 de forma coletiva, a partir do diálogo entre professores, gestores e órgãos institucionais da universidade, em consonância com as legislações nacionais que orientam a formação docente. Trata-se de um documento orientador que organiza a identidade do curso, seus princípios, objetivos, matriz curricular e metodologias de ensino, articulando a formação teórica, prática e política do pedagogo. O PPC do curso de Pedagogia da FECLI/UECE tem como finalidade formar profissionais críticos, éticos e comprometidos com a realidade social e educacional, assegurando a base docente como eixo estruturante da formação e contemplando discussões sobre diversidade, inclusão e direitos educacionais.

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo como procedimento principal a análise documental (Gil, 2009). O local de desenvolvimento foi a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), utilizando como corpus o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia e demais documentos institucionais correlatos como ementas e programa das disciplinas.

Por se tratar de uma pesquisa documental, não houve a participação de sujeitos humanos como colaboradores diretos, restringindo-se à coleta e sistematização de informações contidas nos documentos oficiais. A análise foi conduzida à luz de referenciais teóricos e normativos relacionados à formação de professores, à educação especial inclusiva e ao currículo, de modo a identificar como os conteúdos, práticas e diretrizes estão organizados. Essa descrição metodológica permite a replicação do estudo em outros contextos institucionais que disponham de documentos curriculares equivalentes.



REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Especial Inclusiva tem como principal objetivo garantir o direito à aprendizagem dos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação, promovendo práticas pedagógicas adaptadas às diferentes demandas (Brasil, 2025). Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento humano ocorre de forma mediada socialmente, sendo a escola um espaço central para a promoção de aprendizagens significativas. Nesse sentido, a inclusão escolar do público da Educação Especial envolve a efetiva participação, valorização das potencialidades individuais e o acesso a um currículo diferenciado e adaptado para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

A legislação brasileira reforça o compromisso com a formação docente voltada à Educação Especial. A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (Brasil, 1996) e o Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011) destacam a obrigatoriedade de oferta de condições de aprendizagem inclusiva. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica estabelecem que a formação docente deve contemplar conteúdos e práticas voltadas à educação inclusiva, preparando os futuros profissionais para lidar com a diversidade de forma crítica e reflexiva, como podemos ver na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), que atualizou essas diretrizes, incorporando a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC). Esse documento orienta a estruturação curricular dos cursos de licenciatura, enfatizando a importância da formação integral do docente, que deve contemplar aspectos científicos, éticos, políticos e culturais, além de competências pedagógicas específicas para o atendimento à diversidade escolar (Brasil, 2018).

Mais recentemente, a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 (Brasil, 2024), trouxe novas diretrizes para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica. Essa resolução reforça a importância da inclusão da educação especial como componente essencial na formação dos futuros docentes, visando garantir a efetiva participação de todos os alunos no processo educativo (Brasil, 2024).



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Portanto, na literatura, autoras como Almeida e Salomão (2017) e Pletsch e Mendes (2024) defendem que a inclusão escolar exige não apenas adaptações curriculares, mas também mudanças nas concepções de ensino, avaliação e interação professor-aluno, considerando a diversidade como elemento estruturante do processo educativo. Portanto, formar pedagogos para a Educação Especial Inclusiva implica desenvolver competências pedagógicas que promovam a participação efetiva de todos os estudantes, respeitando suas particularidades.

A formação inicial do pedagogo constitui-se como eixo estratégico para a efetivação da inclusão. Segundo Nóvoa (1995), a formação docente deve articular teoria e prática, preparando os futuros professores para enfrentar a complexidade do contexto escolar. Nesse sentido, o currículo dos cursos de Pedagogia precisa contemplar disciplinas obrigatórias e optativas que abordem Educação Especial e práticas inclusivas.

Tardif (2002) destaca a importância de experiências práticas supervisionadas e da articulação com escolas e comunidades, elementos fundamentais para a construção de saberes docentes que sejam contextualizados e significativos. A articulação entre teoria e prática, aliada a uma formação sólida em Educação Especial, é determinante para a construção da identidade profissional do pedagogo e para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

A discussão sobre a formação de pedagogos no âmbito da educação especial inclusiva exige considerar que a efetivação desse processo depende da articulação entre políticas públicas, currículo e práticas formativas comprometidas com a equidade. Para Pletsch (2014), a formação docente ainda é permeada por fragilidades que se expressam na falta de aprofundamento teórico e prático acerca da inclusão. A autora destaca que os currículos dos cursos de licenciatura, ao tratarem a Educação Especial de forma fragmentada ou optativa, acabam reforçando um caráter periférico da temática, o que compromete a consolidação de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

De modo semelhante, Silva e Mendes (2024) analisam que os processos formativos não podem se limitar a transmitir conteúdos técnicos, mas devem problematizar a função social da escola diante das desigualdades estruturais. Mendes (2010) já havia afirmado que garantir um processo inclusivo na escola implica transformar concepções, metodologias e



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

atitudes docentes, rompendo com a lógica integracionista que ainda persiste em muitos espaços educativos.

Kassar (2011; 2024) enfatiza a necessidade de articular a formação docente a uma perspectiva de direitos, reconhecendo a diversidade como constitutiva da escola pública. Para a autora, o desafio é romper com a ideia de que a Educação Especial é responsabilidade exclusiva de especialistas, assumindo-a como parte integrante da formação de todos os professores. Tal perspectiva é essencial para que a prática pedagógica se configure como espaço de acolhimento e valorização das diferenças, em diálogo com as legislações nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025).

Sendo assim, é necessário apontar que a formação inicial de professores enfrenta inúmeros desafios. Gomes (2016) destaca que a limitação de carga horária e a ausência de disciplinas obrigatórias abrangentes contribuem para a fragilização da formação, comprometendo a competência profissional para atender à diversidade escolar. A capacitação continuada de docentes, a ampliação de conteúdos voltados à inclusão e a implementação de estratégias pedagógicas diversificadas são medidas essenciais para superar essas lacunas.

Para tanto, devemos lembrar a perspectiva que nos apresenta Freire (2019) ao afirmar que a formação docente deve ser compreendida como processo contínuo, crítico e reflexivo, no qual o professor se torna pesquisador de sua própria prática. Investir em formação inicial e continuada, ampliar espaços curriculares e promover parcerias institucionais são estratégias fundamentais para garantir a efetividade da educação inclusiva no contexto da Pedagogia.

Em síntese, a literatura evidencia que a formação de pedagogos para Educação Especial deve articular teoria, prática e experiências sociais, promovendo competências para atender à diversidade escolar de maneira crítica, ética e profissional. A consolidação dessa formação requer investimentos estruturais, curriculares e pedagógicos, além de uma visão inclusiva que perpassa toda a trajetória acadêmica do futuro docente.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da FECLI (UECE, 2020) indica que o curso busca atender às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da Pedagogia, conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 2006 (Brasil, 2006), e a Resolução CNE/CP nº 2, de 2019 (Brasil, 2019), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. O curso oferece uma formação voltada à atuação na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na gestão educacional e em outros espaços educativos.

O PPC do curso de Pedagogia da FECLI/UECE apresenta a Educação Especial e Inclusiva como eixo central da formação docente, pautada nos princípios de direitos humanos, justiça social e educação democrática (UECE, 2020). O documento contempla disciplinas específicas e incorpora a legislação educacional como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), além de referências internacionais da ONU e UNESCO e autores clássicos da área, como Mantoan (2003) e Sassaki (2005). Também se articula à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil em 2008 com status constitucional, e ao Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), em especial à Meta 4, que prevê a universalização da educação inclusiva.

Apesar disso, observa-se limitação quanto a metodologias inclusivas recentes como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e abordagens interseccionais que articulam deficiência, raça, gênero e classe. O quadro 1 apresenta as disciplinas relacionadas à Educação Especial Inclusiva, permitindo visualizar como o curso organiza a formação nessa área.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Quadro 1 – Educação Especial Inclusiva no Curso de Pedagogia da FECLI/UECE

Eixo 2: EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	TEORIA	RÁTICA/XTENSÃO	SEMESTRE
Educação Especial e Inclusiva	68	4	3	1	4º
Educação Inclusiva na Perspectiva Histórico-Cultural (Disciplina de Aprofundamento I)	68	4	3	1	8º (opcional)
Procedimentos Didáticos Especiais (Disciplina de Aprofundamento II)	68	4	3	1	9º (opcional)
Estágio V	68	4	---	---	9º (opcional)

Fonte: Adaptado do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da FECLI/UECE (2020).

A organização do Eixo 2 apresenta a Educação Especial Inclusiva com disciplinas específicas e momentos de aprofundamento e estágio. No Núcleo II – Estudo das Áreas de Atuação Profissional, o licenciando cursa a disciplina obrigatória “Educação Inclusiva” no 4º semestre, e pode escolher, para aprofundamento, entre Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial Inclusiva ou Trabalho pedagógico em espaços não escolares. Caso não opte pelo eixo de Educação Especial Inclusiva, sua formação nessa temática limita-se à disciplina obrigatória, reduzindo sua preparação para atuar com esse público. A opcionalidade do aprofundamento que inclui o Estágio V restringe a articulação entre práxis pedagógica necessária para atuar em perspectiva inclusiva junto à Educação Especial (Mendes et al., 2016). Junto a essas disciplinas, existe a oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), aliada ao bilinguismo inclusivo em sala de aula, para garantir equidade de participação dos alunos em questão (Skliar, 2010).

Nas ementas e objetivos das disciplinas do quadro 1, aparecem os princípios de equidade, justiça social e respeito às diferenças, mas existem fragilidades no desenvolvimento de competências práticas específicas do público da Educação Especial. A



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

disciplina obrigatória Educação Especial Inclusiva contempla um conjunto relevante de conteúdos, incluindo aspectos históricos, políticos, sociais e legais e um crédito vinculado à curricularização da extensão, prevendo atividades práticas em escolas de Educação Básica, o que poderia ser um recurso estratégico para aproximar os alunos da realidade escolar e fomentar experiências inclusivas. A curricularização da extensão pode proporcionar, por meio do planejamento, a realização de atividades na escola aplicadas pelos licenciandos de forma contínua e sistemática ao processo formativo.

Em relação ao conteúdo dos programas das disciplinas, apresenta perspectivas gerais da inclusão como os paradigmas da Educação Especial e conceitos de autores clássicos e legislações, mas carece de atualização com pesquisas recentes e metodologias inovadoras em Educação Especial. A inclusão de conteúdos sobre tecnologia assistiva, Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e abordagens interseccionais poderia fortalecer a formação, preparando professores mais conscientes e capacitados para lidar com a complexidade da inclusão (Heredero; Moreira, 2022).

Destaca-se a relevância do DUA para a flexibilização curricular, oferecendo múltiplos meios de engajamento, representação e expressão, e favorecendo diferentes estilos e ritmos de aprendizagem (Cast, 2018). Quanto à tecnologia assistiva, é possível implementar atividades metodológicas voltadas para alunos com deficiência visual e/ou auditiva utilizando recursos que promovam o acesso à informação como softwares leitores de tela, materiais táteis e impressões em Braille (Bueno, 2011). Essas práticas contribuem para a efetivação de uma educação inclusiva mais ampla, articulando teoria e prática de forma consistente. Seria fundamental incentivar a transversalidade da inclusão em projetos de pesquisa e extensão, vinculados a programas como o PIBID e a Residência Pedagógica, de forma a proporcionar aos licenciandos experiências formativas em escolas inclusivas, salas de recursos e outros espaços educativos.

Ademais, abordagens interseccionais contribuem para que o graduando tenha um olhar crítico, perpassando por sua formação docente, a qual deve contemplar as múltiplas dimensões da diversidade como gênero, raça, classe social e deficiência a fim de promover uma educação verdadeiramente humanizadora e emancipatória (Hooks, 2019). Portanto, atualizar o PPC, além de reforçar a base legal da inclusão, também incorpora estratégias contextualizadas e inovadoras para preparar de forma eficiente futuros pedagogos. O Quadro



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

2 sintetiza essa análise, destacando as contribuições e observações acerca do referencial teórico adotado em cada disciplina, comprovando a necessidade de revisão e fortalecimento do currículo.

Quadro 2 – Análise do Referencial Teórico

DISCIPLINA	AUTORES / REFERÊNCIAS UTILIZADAS	CONTRIBUIÇÃO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	OBSERVAÇÕES
Educação Especial e Inclusiva	Mantoan (2003), Sasaki (2005), LBI (2015), PNEE (2008)	Fundamenta conceitos de inclusão, direitos e práticas pedagógicas	Falta atualização com abordagens recentes, DUA, tecnologias assistivas e interseccionalidade
Educação Inclusiva na Perspectiva Histórico-Cultural (Aprofundamento I)	Vygotsky, Freire, Mantoan (2003)	Aborda inclusão sob perspectiva histórico-cultural; relaciona teoria e prática reflexiva	Opcionalidade limita alcance; pouco conteúdo sobre metodologias contemporâneas
Procedimentos Didáticos Especiais (Aprofundamento II)	Sasaki (2005), autores de metodologias didáticas inclusivas	Desenvolve estratégias pedagógicas para diversidade	Pouca interdisciplinaridade; atualização metodológica necessária
Estágio V	Referências práticas do curso e legislação	Vivência prática em Educação Especial Inclusiva	Restrito a estudantes que optam; articulação teoria-prática limitada

Fonte: Adaptado do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da FECLI/UECE (2020).

Apesar dos avanços na incorporação da Educação Especial e Inclusiva, observa-se que a formação ainda carece de medidas estruturais para torná-la efetiva e abrangente. Torna-se imprescindível:



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

1. Ampliar a carga horária e tornar obrigatórias as disciplinas voltadas à temática;
2. Atualizar o referencial teórico e as metodologias docentes, incluindo práticas inovadoras, DUA, tecnologia assistiva e abordagens interseccionais;
3. Fortalecer a integração entre teoria, prática e estágio, promovendo experiências que articulem conhecimento e ação pedagógica;
4. Garantir transversalidade e interdisciplinaridade em todo o currículo, evitando que a formação em Educação Especial fique restrita a momentos específicos ou optativos;
5. Criar indicadores avaliativos no PPC que permitam acompanhar, ao longo dos anos, se os objetivos de inclusão estão sendo alcançados na prática.

Essas medidas são necessárias para assegurar que a formação inicial dos futuros pedagogos seja equitativa e capaz de responder às demandas da Educação Especial Inclusiva, alinhada às legislações nacionais e às melhores práticas pedagógicas contemporâneas. Como enfatiza Freire (2019), a educação é um ato político, ético e libertador, que deve comprometer-se com a superação das desigualdades e a valorização da diferença.

Assim, garantir uma formação consistente em Educação Especial Inclusiva vai além de uma questão curricular, configurando-se como um imperativo democrático, respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que prevê a adaptação de currículos, métodos e recursos às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre o currículo do curso de Pedagogia da FECLI revelou avanços e limitações na preparação dos futuros professores para atuar com estudantes públicos da Educação Especial. A inclusão de uma disciplina específica demonstra compromisso institucional com a inclusão, mas a possibilidade de aprofundamento opcional na área ainda deixa lacunas a serem superadas. Observou-se que a abordagem fragiliza a tentativa de integração interdisciplinar e a transversalidade, comprometendo a efetividade da formação inicial. Apesar de incorporar conteúdos sobre diversidade e acessibilidade, em consonância com marcos legais e referenciais teóricos, a formação ainda carece de aprofundamento e atualização frente a metodologias inclusivas contemporâneas, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Para superar limitações na formação de pedagogos, sugere-se repensar o currículo conforme a Resolução CNE/CP nº 4, de 2024 (Brasil, 2024), promovendo transversalidade, ampliando a carga horária dedicada à Educação Especial inclusiva e fortalecendo os estágios supervisionados com as escolas. Além disso, é necessário investir na qualificação dos docentes e fortalecer parcerias com a comunidade acadêmica, garantindo uma formação inicial alinhada às perspectivas pedagógicas emergentes.

Em síntese, pensar a formação de pedagogos sob a ótica da educação especial inclusiva implica reconhecer que é necessário tensionar práticas, concepções e políticas que ainda reproduzem uma lógica excludente. A efetividade da formação inicial depende da construção de uma cultura institucional que compreenda a diversidade como eixo estruturante e não como apêndice. Nesse sentido, é necessário responder às exigências normativas e assumir um compromisso ético e político com a democratização do conhecimento, de modo que a inclusão não se configure como um discurso de intenções, mas como prática concreta e transformação educativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.; SALOMÃO, A. **Educação inclusiva: desafios e perspectivas na escola contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2024.** Brasília: INEP, 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.** Brasília: MEC, 2025.

BELL, H. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Elefante, 2019.

BUENO, J. G. S. **Educação inclusiva e deficiência visual:** práticas pedagógicas e recursos. São Paulo: Cortez, 2011.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines** version 2.2. Wakefield, MA: Author, 2018.

FELICETTI, S. A.; BATISTA, I. de L. A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. **Formação Docente** – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 165-180, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 74^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, N. L. **Educação inclusiva:** políticas, práticas e formação docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

HEREDERO, E. S.; MOREIRA, S. D. C.; MOREIRA, F. R. Práticas educativas pautadas no Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 1904-1925, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16591>. Acesso em: 01 nov. 2025.

KASSAR, M. de C. M. Educação Especial: um campo de conhecimento em formação. **Revista Eventos Pedagógicos**, [s.l.], v. 15, p. 966-972, 2024. Disponível em:



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<https://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/7875>. Acesso em: 01 nov. 2025.

KASSAR, M. de C. M. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da formação docente. **Educar em Revista**, [s.l.], n. 41, p. 67-82, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 5. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G.; CABRAL, L. S. A.; D’AFFONSECA, S. M.; CALHEIROS, D. dos S. A formação dos professores especializados segundo os pesquisadores do observatório nacional de educação especial. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 5, n. 14, p. 84–95, 2016.

MENDES, E. G. Inclusão escolar: construindo uma sociedade para todos. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 15, n. 44, p. 30-45, 2010.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (2006). Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014.

PLETSCH, M. D. A formação de professores e o atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas. **Revista Educação Especial**, [s.l.], v. 27, n. 50, p. 257-272, 2014.

PLETSCH, M. D; MENDES, G. M. L. Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: produção científica, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s.l.], v. 30, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/rbee/article/view/20000>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 11. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SKLIAR, C. **Educação & exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SILVA, A. S. G.; MENDES, E. G. Formação continuada e a Educação Especial em escolas de tempo integral na cidade de São Paulo. **InterSaberes Revista Científica**, [s.l.], v. 1, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://revistainter.iesb.br/index.php/revista/article/view/120>. Acesso em: 01 nov. 2025.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

UECE – Universidade Estadual do Ceará. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu.** Iguatu: FECLI/UECE, 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Submetido: 30/11/2025

Aprovado: 15/12/2025

Publicado: 01/01/2026

Autoria:

Sara Dayane Dias De Oliveira,

Universidade Estadual do Ceará / Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Curso de Pedagogia

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Contribuição de autoria: escrita do texto, geração e análise dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9682258917601822>.

E-mail: sara.dayane@aluno.uece.br.

Maria Taylanne Henrique Alves,

Universidade Estadual do Ceará / Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Curso de Pedagogia

Universidade Estadual do Ceará / Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Curso de Pedagogia

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Contribuição de autoria: escrita do texto, geração e análise dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6497254433562671>.

E-mail: maria.taylanne@aluno.uece.br.

José Douglas de Abreu Araújo, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6564-4793>

Universidade Estadual do Ceará / Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Curso de Pedagogia

Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); pedagogo (UNINTER); filósofo (FAFIC) e assistente social (IFCE-Iguatu); Professor substituto da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Contribuição de autoria: escrita do texto, geração e análise dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2025761218487894>.

E-mail: josedouglasabreu@gmail.com.